

**SOCIEDADE E TRABALHO:
realidade expressa em Nomadland**

Autor: Bruna Marinho Sampaio¹

Filiação institucional: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: brunamarinhosampaio@gmail.com

RESUMO: O texto, no intento de caracterizar a realidade social conexas a do trabalho, sobretudo no que diz respeito à produção do espaço urbano, apresenta o observado no âmbito de NOMADLAND², filme inspirado em livro homônimo e vencedor do Oscar 2021 em diferentes categorias. A obra literária elucida a vida real de pessoas também reais, enquanto o filme as adapta em torno da realidade criada para Fern, personagem interpretada por Frances McDormand. A apreciação de ambas as obras proporciona, clara e evidentemente, a tão teorizada intersecção e intrinsecidade entre a sociedade e o espaço, sobretudo na materialidade que corresponde aos diferentes períodos associados às diferentes formas sob as quais o sistema capitalista se organiza, bem como a vida da sociedade humana, principalmente a do proletariado, em função dele. Ao expor a miséria, a solidão e a injustiça social sofrida por uma parcela da população estadunidense, sobretudo no século XXI, NOMADLAND (2020) explicita a perversidade resultante da lógica acumulativa do capital, sendo essa catalisadora e ampliadora das desigualdades já experienciadas e conhecidas, expondo, conseqüentemente, as tendências que poderão fazer com que nossas cidades se transformem em ambientes outros, cada vez mais inóspitos, social e ambientalmente. Esta condição alarmante faz com que seja cada vez mais pertinente a discussão acerca de alternativas que pressuponham uma sociedade baseada em outras economias.

Palavras-chave: Sociedade de fluxos. Produção do espaço urbano. Pós-fordismo. Trabalho precarizado. Nomadland.

GT 04 – Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

¹ Arquiteta e urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), especialista em Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço pela mesma instituição, e mestranda em Geografia no Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Magela Costa.

² Produção cinematográfica, dirigida por Chloé Zhao, inspirada no livro homônimo de autoria de Jessica Bruder, ambos lançados no Brasil em 2021.

“Se quiserem acreditar, ótimo. Agora contarei como é feita Otávia, cidade-teia-de-aranha. Existe um precipício no meio de duas montanhas escarpadas: a cidade fica no vazio, ligada aos dois cumes por fios e correntes e passarelas. Caminha-se em trilhos de madeira, atentando para não enfiar o pé nos intervalos, ou agarra-se aos fios de cânhamo. Abaixo não há nada por centenas e centenas de metros: passam algumas nuvens; mais abaixo, entrevê-se o fundo do desfiladeiro.

Essa é a base da cidade: uma rede que serve de passagem e sustentáculo. Todo o resto, em vez de se elevar, está pendurado para baixo: escadas de corda, redes, casas em forma de saco, varais, terraços com a forma de navetas, odres de água, bicos de gás, assadeiras, cestos pendurados com barbantes, monta-cargas, chuveiros, trapézios e anéis para jogos, teleféricos, lampadários, vasos com plantas de folhagem pendente.

Suspensa sobre o abismo, a vida dos habitantes de Otávia é menos incerta que a das outras cidades. Sabem que a rede não resistirá mais que isso.”

Italo Calvino³

INTRODUÇÃO

NOMADLAND (2020), resultante da adaptação do livro homônimo, relata a história de vida real de nômades americanos que, em função dos mais distintos motivos, perderam suas economias e, desamparados pelo Estado gerido sob a perspectiva neoliberal, sobrevivem em veículos ajustados com intuito de se prestarem, para além do deslocamento, como moradia. A produção foi contemplada com a maior premiação da 93ª cerimônia do Oscar 2021, a de melhor filme, tendo conferido à Chloé Zhao e à Frances McDormand, respectivamente, o prêmio nas categorias de melhor direção e melhor atriz. Pereira (2021) apresenta em sua crítica

que é uma terra fria a que vemos em Nomadland. No filme da diretora Chloé Zhao, o interior dos Estados Unidos é um espaço gelado e dilapidado. Ambientado alguns anos após a crise econômica de 2008, no filme acompanhamos a viúva Fern, interpretada por Frances McDormand, que viaja pelas estradas norte-americanas em seu van depois da morte do seu marido e do fechamento da fábrica que sustentava sua cidade. Fern se define como uma “sem casa”, não uma “sem teto”. Ela mora no seu carro. Ao longo do filme, vemos Fern conhecendo outros “nômades”, arranjando alguns empregos e bicos aqui e ali – incluindo um como empacotadora da Amazon – e simplesmente vivendo, enquanto vai de um lugar para o outro.

Nomadland realmente propõe um mergulho nesse estilo de vida, e através das lentes de Zhao e do diretor de fotografia Joshua James Richards percebemos

³ Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis* (São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003 [1972]), p. 73).

que essa maneira de viver tem feito adeptos nos Estados Unidos, seja por vontade própria ou pelo peso das circunstâncias econômicas.

Os novos nômades, não só os presentes e atuantes na produção, ao se deslocarem pelo território dos Estados Unidos da América (EUA), o fazem enquanto se submetem a trabalhos precarizados e ofertados sazonalmente, de onde obtém-se o sustento para aquilo que correspondente ao imprescindível a sua própria reprodução. O modo de vida destas pessoas está longe de poder ser comparado à romantização da vida sobre rodas que corresponde à ideia de condição de turista permanente, como às vezes se apresenta. Este é, a bem da verdade, resultado da combinação organizacional do capitalismo contemporâneo, de ordem neoliberal, com modo produtivo descentralizado e oportunidades de trabalho cada vez mais precarizadas, principalmente no que diz respeito ao salário, às garantias e a forma como são estabelecidos os contratos. Tal organização resulta, mútua e conseqüentemente, em uma sociedade e produção do espaço diferente da experimentada quando do advento da industrialização e da sociedade industrial, a este inerente. A globalização tende, desta forma, a conformar uma sociedade e um espaço de fluxos, tendo este último cidades globais como pontos nodais e, a estas associadas, uma expansão e permanente periferização do espaço urbano cada vez mais predatória, tanto do ser humano, que precisa, por exemplo, se deslocar por enormes distâncias e despende precioso tempo de vida para isso; quanto da natureza, que apresenta alarmantemente os efeitos da crescente industrialização e urbanização mundial.

Neste contexto, visto os desafios relacionados ao desenvolvimento tecnológico que resulta, cada vez mais, na impossibilidade de absorção da população economicamente ativa como trabalhadores assalariados, tem-se, por exemplo, a precarização dos postos de trabalho remanescentes. Como consequência a este modelo, tem-se a diminuição da cobertura obtida por meio da combinação “trabalho-salário-cesta básica”, bem como da combinação “salário indireto-acesso a bens e serviços públicos”, e, conseqüentemente a diminuição da expectativa de melhorias na qualidade de vida da população. A articulação entre capital e estado, responsáveis, respectivamente, pela oferta das combinações apresentadas, impede o último de promover ações políticas que atenuem a condição de precariedade da população (CORAGGIO, 2011). Esta circunstância propicia, em contraponto, ambiente favorável ao desenvolvimento de um setor de Economia Social ou Economia Solidária, associado à Economia Popular e que se baseie em atividades de trabalho associado, sem fins de lucro, a qual consiste na possível gênese

de uma Economia do Trabalho, centrada na reprodução ampliada da vida e não, necessária e exclusivamente, na reprodução social da força de trabalho.

CIDADE INDUSTRIAL E SOCIEDADE URBANA

A organização espacial da humanidade, independente da denominação e período de existência a esta correspondente, pressupõe a existência de condições favoráveis à sua subsistência. A cidade consiste, assim em uma “criação histórica particular; ela não existiu desde sempre, mas teve início num dado momento da evolução social [...]. Não existe por uma necessidade natural, mas uma necessidade histórica [...]” (BEVEVOLO, 2019 [1983], p.12), mas ainda assim não desconsidera a imprescindibilidade destes recursos naturais. A civilização feudal e a burguesa, a partir do desenvolvimento de método de produção baseado no cientificismo, denominado industrial, foram sucedidas pela civilização da qual fazemos parte, a civilização industrial (BEVEVOLO, 2019 [1983]). O processo de industrialização relaciona-se diretamente com o período caracterizado como de intensa transformação e expansão econômica, compreendido entre 1848 e 1870 (HOBSBAWM, 1979). A criação de um mundo expandido, tornado capitalista, deu-se, principalmente, a partir da descoberta da estrada de ferro e da criação do telégrafo, que possibilitaram, respectivamente, a ampliação do território no qual se desenvolviam relações socioeconômicas e a transmissão de informações.

Tais mudanças, relacionadas à industrialização da produção, incidiram, conseqüentemente, no âmbito da sociedade e do espaço por esta ocupado, dada a relação intrínseca entre ambos. Mudanças estas que resultaram em um fenômeno identificado por Lefebvre (1999) como *urbano*, ou realidade urbana. A ausência de urbanização e a urbanização completa encontram-se diametralmente dispostas no eixo urbano proposto por Lefebvre (1999), que tem por característica ser, simultaneamente, espacial e temporal. Partindo-se da cidade política, referente à ordem, ordenação e poder, junto às aldeias a esta subordinadas, tem-se o correspondente à ausência de urbanização. No entanto, a intensificação das trocas comerciais e a conseqüente centralidade conferida à praça do mercado, resulta na cidade mercantil, por meio da qual “a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.23).

O predomínio da cidade sobre o campo, corrobora, a partir do racionalismo, com a priorização do urbano e o surgimento da *imagem da cidade*, gerando uma “inflexão da realidade social para o urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.25). A referida inflexão, resultado do crescimento do capital comercial, antecede a iminência do capital industrial, que resultará, por sua vez, na cidade industrial. A sociedade urbana resulta, portanto, da urbanização completa, nasce da industrialização e a sucede, desenvolvida enquanto um processo e uma práxis (LEFEBVRE, 1999). O termo “sociedade urbana” advém de uma indispensabilidade teórica, não sendo

simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquirido, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos. Um movimento do pensamento em direção a *um certo concreto* e talvez *para o concreto* se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a *prática urbana*, apreendida ou re-apreendida. (LEFEBVRE, 1999, p.18)

No que diz respeito à cidade industrial, não obstante a sua denominação, tem-se, inicialmente, a indústria associada à ausência da realidade urbana, ligada à não-cidade (LEFEBVRE, 1999). A locação desta dava-se, inicialmente, em função de recursos naturais, como, por exemplo, carvão e água enquanto fontes de energia, metais e têxteis como matérias-primas, além de acesso a reservas de mão-de-obra, sendo sua aproximação com a cidade, propriamente dita, resultado da necessidade da primeira em se relacionar com os mercados e com os capitais e capitalistas. Ao mesmo tempo e para além do intuito de se relacionar com os mercados, a proximidade entre a indústria e a cidade, possibilitou que a primeira se valesse da mão-de-obra existente em abundância na segunda, sendo possível ainda o alcance de cidades preexistentes e a constituição de novas cidades (LEFEBVRE, 1999). Tem-se, portanto, a conquista da cidade pela não-cidade, a qual acaba por “penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 1999, p.25).

A zona crítica, posterior ao ponto de inflexão do eixo urbano proposto pelo autor e resultado do processo de industrialização, anunciada e precedida pela cidade industrial, advém do processo histórico denominado implosão-explosão, ou seja,

a enorme concentração (de pessoas, riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFEBVRE, 1999, p.26),

constatação que permite a afirmação de que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (LEFEBVRE, 1999, p.17). Ocorre, a partir desta fase, uma limitação da realidade urbana, ainda em formação, uma vez que esta,

antes de nascer e se afirmar, se vê reduzida, de um lado pelo *rural* e, de outro, pelo *cotidiano* industrial, *cotidianamente* submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. Trata-se de uma redução, ao mesmo tempo social e mental, de um lado, à trivialidade e, de outro, à especialidade. Em poucas palavras: **o urbano reduz-se ao industrial.** (LEFEBVRE, 1999, p.38)

O espaço passa, portanto, a evidenciar as relações de produção modificadas e exprimir as relações sociais destas conseqüentes. Os resultados do estabelecimento de relações complexas tornam-se espacialmente legíveis, uma vez que as desigualdades advindas das mesmas são projetadas no território (LEFEBVRE, 1999). A cidade converte-se, assim, em uma força produtiva do sistema, passando a contar, em dado momento, com planos a esta específicos e correspondentes, os quais incorporam a lógica racionalista. Benevolo relata, neste contexto, o surgimento da cidade pós-liberal, modelo que “permite reorganizar as grandes cidades europeias, fundar as cidades coloniais em todas as partes do mundo e ainda influencia, de maneira determinante, a organização das cidades em que vivemos hoje.” (BENEVOLO, 2019 [1983]). Neste modelo de cidade

os interesses da propriedade imobiliária – parasitários e contrastantes com o interesse do capital produtivo – são claramente privilegiados. A forma da cidade é aquela que maximiza a renda imobiliária urbana, isto é, aquela com maiores diferenças (um centro mais denso e uma periferia mais rarefeita, dividida em setores de caráter diverso), mesmo que resulte ineficiente e dispendiosa. O mecanismo urbano está sempre congestionado, porque as facilidades públicas – ruas, instalações, serviços – são sempre insuficientes, ao passo que a exploração dos terrenos particulares alcança ou supera os máximos fixados pelas normas. Mas esses inconvenientes técnicos e econômicos são compensados por uma vantagem política decisiva: de fato, as dificuldades da vida urbana oneram, mais acentuadamente, as classes mais fracas e a cidade se torna um grande organismo discriminante, que confirma o domínio das classes mais fortes. (BENEVOLO, 2019 [1983], p.695-6)

Os muitos elementos necessários ao funcionamento desta cidade pós-liberal, como moradias populares, estabelecimentos industriais e comerciais, dentre outros, resulta na emersão da chamada periferia, uma vez que tais elementos “são rechaçados para uma faixa concêntrica, o subúrbio, que é um misto de cidade e campo, e que é impelida sempre para mais longe à medida que a cidade cresce.” (BENEVOLO, 2019 [1983], p.689).

Este modelo de cidade evidencia, sobretudo espacialmente, a divisão dual da sociedade apontada por Marx e Engels 1848 [2015], equivalente às classes burguesa e proletária, sendo a primeira composta por aqueles que são os proprietários dos meios de produção social e a segunda por operários assalariados, que não possuem meios de produção próprios e, por isso, dependem da venda de sua força de trabalho. O funcionamento do sistema capitalista depende, inexoravelmente, da força de trabalho (ou capacidade de trabalho), sendo esta entendida como

o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo [consistindo em uma mercadoria peculiar]. (MARX, 2013 [1867], 1.272-273).

Cabe indicar que “a produção e a reprodução da força de trabalho são dois processos constitutivos do capital” (SILVA, 1984, p.1). À medida que tudo o que é necessário para a reprodução social é mercadoria – alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, etc., – o salário torna-se o meio pelo o qual o trabalhador irá alcançar as condições necessárias para se reproduzir e produzir novamente. Para o exercício de sua função nessa sociedade, o proletário carece, dentre outros, de meios de subsistência, sendo necessário a este “consumir a cada dia, tanto antes como no decorrer de seu ato de produção.” (MARX, 2013 [1867], 1.271).

Empire, espaço urbano e social cidade apresentado logo quando do início de NOMADLAND (2020), correspondia a “um vilarejo fabril de trezentos habitantes [...]. Uma das últimas cidades-empresa tradicionais do país [Estados Unidos da América], Empire era de total propriedade da United States Gypsum [...]” (BRUDER, 2021, 1.39). A referida empresa, produtora de placas de gesso, anunciou o encerramento de suas atividades em 2010, o que resultaria no desaparecimento das atividades desenvolvidas no seu entorno, fazendo com que Empire desaparecesse completamente (BRUDER, 2021). Na trama cinematográfica, o marido de Fern, recentemente falecido, era um dos muitos funcionários da United States Gypsum, que, junto de sua esposa, a própria Fern, ficariam desalojados.

A cidade, enquanto “o produto de uma dupla socialização: a das condições gerais da produção e a do espaço” (LOJKINE, 1981; p. 154), apresenta, espacial e materialmente, os efeitos de aglomeração urbana, podendo estes serem úteis (produzidos pelos meios de circulação e de consumo concentrados na cidade) ou apenas produtos indiretos enquanto relacionados aos meios de produção ou de reprodução (resultado de ações sociais combinadas

de agentes urbanos individuais). As cidades consistem, portanto, na “combinação de infraestruturas em parte indissociáveis, estreitamente complementares, que forneceriam uma base indispensável às diferentes atividades” (LOJKINE, 1981; p.158), englobando fatores imprescindíveis para a evolução econômica, sendo estas as infraestruturas de formação, socioculturais e econômicas. O capitalismo, no entanto, promove a dissociação entre as condições gerais de produção diretamente necessárias à sua reprodução e aquelas dispensáveis a este fim, promovendo “uma mutilação, um dismantelamento constante dos valores de uso coletivo, indivisíveis do ponto de vista das forças produtivas” (LOJKINE, 1981; p. 162).

Neste contexto, destaca-se que a eclosão de uma crise urbana, a qual “provém da crescente incapacidade da organização social capitalista para assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana, da moradia às escolas, passando pelos transportes, saúde, áreas verdes, etc.” (CASTELLS, 1980; p. 20), sendo, portanto, “uma consequência necessária da lógica do desenvolvimento capitalista” (CASTELLS, 1980; p. 20). Esta crise, consolidada na prestação de serviços coletivos necessários à vida das cidades, demanda uma intervenção proeminente do Estado para atendimento às demandas sociais, a qual, por sua vez, faz com que esta seja politizada e, conseqüentemente agravada (CASTELLS, 1980).

A produção deste espaço, principalmente no que confere a sua ampliada extensão em diferentes regiões e países, correspondente ao período posterior à 2ª Guerra Mundial, no qual o crescimento econômico fora fomentado por diferentes incentivos e projetos que visavam a reconstrução da vida, da sociedade e das cidades. Período de produção taylorista com um estado atuante na garantia dos direitos considerados imprescindíveis, principalmente para a reprodução social e conseqüente reprodução da força de trabalho, indispensável à manutenção do sistema capitalista.

GESTÃO PRODUTIVA PÓS-FORDISTA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O desenvolvimento e aprimoramento de técnicas pelo ser humano, aprendidas e apreendidas, consiste em realidade desde o advento de qualquer especificidade na forma de se desempenhar qualquer função, o que se aplica, especial e principalmente, às tecnologias aplicadas à produção capitalista. No entanto, tais tecnologias não apresentam conseqüências

diretas sobre a geografia humana e econômica, pois a modelagem direta do espaço deve ser atribuída ao complexo conjunto correspondente ao “modelo de desenvolvimento” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988). Este modelo, independentemente da forma como se oferece,

deverá se apresentar como a conjunção de três aspectos compatíveis: uma forma de organização do trabalho (um *paradigma industrial*), uma estrutura macroeconômica (um *regime de acumulação*), um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais (um *modelo de regulação*), no que toca à relação salarial, à concorrência entre capitais etc. (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 12)

Os territórios são, portanto, o local em que os conflitos para implementação de novos modelos se efetivam, sobretudo no contexto globalizado, condição que expande esta lógica mundialmente.

O fordismo tem por princípios “uma padronização rigorosa dos gestos operativos e correlativamente uma rigorosa separação entre OeM⁴ e a fábrica, entre a concepção e a execução manual” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 13). Racionalização com intuito de generalizar o método mais eficaz e eliminar a complexidade de distribuição das muitas seções produtivas e suas respectivas disfunções, buscando assim o aumento da produtividade, e também a apreensão acerca de todo o tempo necessário para elaboração de cada uma das operações contidas no processo produtivo, conhecimento que passava a proporcionar maior controle sobre os operadores. Este modelo passou, a partir dos anos finais da década de 1960, a apresentar uma diminuição da produtividade o crescimento do capital fixo *per capita*, o que resultou em queda da lucratividade e no mesmo, conseqüentemente, no que dizia respeito à taxa de acumulação, fazendo com que a capacidade coletiva dos trabalhadores se fizesse imprescindível para o aumento da referida taxa (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988).

Tem-se, sob este contexto, a estruturação de uma referência para evolução do salário, correspondente ao crescimento dos preços e da produtividade geral (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988). Importante ainda ressaltar a existência de convenções coletivas, a fixação de um salário-mínimo pelo Estado e o Estado-providência como uma garantia de rendimentos (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988), tudo em função do trabalhador. Sob a lógica fordista, a elevação da produtividade resultava, necessariamente, na elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores

⁴ *Original Equipment Manufacturer*, em português, fabricante do equipamento original, é termo usado quando uma empresa faz uma parte ou subsistema que é utilizado no produto final de outra empresa

neste sistema envolvidos, enquanto as garantias sociais impediam a demissão deliberada da mão de obra. A globalização proporcionou a internacionalização dos processos produtivos e dos mercados, fazendo com que, em função das muitas diferenças sociais experimentadas nos diferentes países, fizesse com que o salário se convertesse em determinante para a escolha de onde a produção seria realizada. Em contexto de crise, experienciado na década de 1980, os capitalistas priorizaram a competitividade e a reconstrução dos lucros, empreendendo assim “a destruição do conjunto das regulações da relação salarial, colocando assim um ponto final definitivo à era fordista” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 15). Atribui-se ainda ao fim da era fordista, para além da crise de lucratividade, uma crise de subconsumo, fazendo com que sua queda se atribua a este um duplo aspecto, sendo que para a crise de subconsumo a flexibilidade consistiu na resposta. Este duplo aspecto dessa crise resultou ainda, enquanto tentativa para sua superação, o aporte de novas tecnologias (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988).

O trabalho precarizado, resultante deste processo e destas combinações, frente à conjuntura neoliberal, como aquela legal e formalmente instituída, torna-se majoritário e convencional. Destaca-se, no entanto, que tal forma de trabalho não consiste em advento recente sob a lógica capitalista, pois como evidenciado por Marx (2013 [1867]), ainda no século XIX, parte da população proletária era “a infantaria ligeira do capital, que, segundo suas próprias necessidades, ora a manobra para este lado, ora para aquele. Quando não está em marcha, ela ‘acampa’”, sendo considerada, portanto, força de trabalho nômade. Com a precarização geral do trabalho, estando a remuneração salarial da classe proletária, obtida por contingente populacional mediante o trabalho por essa desenvolvido, diretamente relacionada à forma como o espaço é produzido, tem-se, de forma eminente, uma subversão da lógica a essa produção correspondente. E é neste contexto de completo desamparo, apesar de não exclusivamente no aspecto da conjuntura societária, que a personagem protagonista de NOMADLAND (2020) nos é apresentada.

A situação de Fern, em torno da qual a produção cinematográfica de NOMADLAND (2020) se desenvolve, após a desativação da empresa que dava vida e sentido à cidade de Empire, pode ser vista, para além dos resultados efetivos da crise imobiliária de 2008 nos EUA, como efeito da condição geral de desfragmentação do processo produtivo e da inação do estado frente aos reflexos sociais oriundos deste contexto. A personagem, ao perder tudo o que tinha, ao menos frente ao considera imprescindível sob a ótica da sociedade contemporânea, é

demonstrada em busca de uma oportunidade de emprego, situação na qual ela, mesmo disposta a desenvolver qualquer atividade, se depara com a inexistência de uma atividade na qual pudesse se encaixar e, assim, promover seu sustento. Sendo a ela sugerido, neste momento, que promovesse a solicitação de aposentadoria antecipada, opção por ela veementemente rejeitada, sob alegação de que o valor correspondente seria insuficiente para manutenção de suas despesas. Sendo necessário, então, que Fern busque, de forma independente, as condições para seu sustento, o que faz com que ela passe a residir em seu automóvel, um veículo recreativo, também conhecido por RV, sigla correspondente a *recreational vehicle*, modelo amplamente utilizado nos EUA. A personagem passa, assim, a experimentar os espaços da mesma forma como o sistema deles se apropria, de forma completamente transitória e principalmente em função dos fluxos, em ambos os casos, pautados nas relações relativas ao valor de troca em detrimento do valor de uso, condição extrema da lógica capitalista.

SOCIEDADE DE FLUXOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Lipietz e Leborgne (1988, p.22) indicam que

as novas tecnologias oferecem novas possibilidades de organização industrial, graças principalmente à gestão dos fluxos de informação e de produtos assistida por computador, à flexibilidade dos bens de equipamento, à padronização que permite a fabricação automatizada de alta precisão, à concepção modular dos produtos e à montagem automatizada por subconjuntos.

A segmentação do processo de trabalho em *módulos* e a gestão integrada do encadeamento desses módulos permitem transformar os processos sequenciais em processos a fluxo contínuo e a produção contínua de bens diferenciados. De onde resulta a transformação do próprio conteúdo das economias de escala mencionada acima. A noção de “economia de tempo” vai se estender do processo de trabalho direto à totalidade do processo (da concepção à venda). Ela conduz à gestão “por fluxos” de todo o processo.

Condição esta que, determinadamente, se estende ao espaço e sua organização, apesar de não ser, necessariamente, capaz de promover flexibilização que resulte na sua não-existência. Tal impossibilidade e a precarização geral da vida dos trabalhadores, principalmente em função do neoliberalismo, caracterizado neste aspecto pela inação do Estado para promoção de melhores condições, inclusive na regulamentação geral do mercado e dos salários, bem como a partir do desassistência no que diz respeito à educação, saúde, moradia, dentre outros, confere à sociedade o agravamento das desigualdades e ao espaço a maior incorrência de processos gentrificadores e espraiamento da malha urbana e sua ocupação, sobretudo para acesso das

populações menos abastadas à moradia. O nômade, por sua vez, dada sua condição de “sem-casa”, como apresentado em NOMADLAND (2000), “não experimenta o lugar como uma experiência mental, o lugar não tem duração, nem história”. (MONGIN, 2009, p.235).

Como consequências espaciais urbanas da globalização tem-se, em função das reformulações neoliberais e produtivas, causais da precarização do trabalho degradação da vida social, a concentração de funções centrais nas cidades globais e a difusão espacial progressiva dos serviços de inovações. Observa-se, portanto, que o desenvolvimento econômico e a fragmentação social estão amplamente relacionadas, uma vez que o êxito econômico vem sempre acompanhado dos mais violentos contrastes e conflitos sociais (PRETECEILLE, 1994). As cidades globais são, portanto, detentoras de grandes contrastes sociais, características que se estendem também às demais cidades que, em âmbito nacional ou regional, estão a estas subordinadas. Tal realidade, observada em todas as escalas no contexto global, reforçam a realidade de que a globalização concentra as benesses a si correspondentes enquanto difunde seus efeitos negativos (PRETECEILLE, 1994).

Lefebvre destaca que

crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. (LEFEBVRE, 1999; p. 17)

Condição corroborada por Castells (2005), que apresenta que o espaço e o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica. Apresenta-se, a partir da intrincada relação entre tecnologia, sociedade e espaço, uma organização espacial definida como o espaço de fluxos. Assim como observado nos primórdios do sistema capitalista, o avanço das telecomunicações estabelece um novo modelo espacial, devido à possibilidade de dispersão e concentração geográfica de quaisquer atividades desempenhadas neste sistema. A partir destes espaços de fluxo, percebe-se a ocorrência do fenômeno da cidade global, que consiste na concentração espacial de atividades superiores em centros nodais de determinados países. A cidade global deve, portanto, ser entendida como um processo e não como um lugar, sendo ainda o local de produção da economia global informacional. A tendência, diferentemente do ocorrido no século XX, quando se pretendia ou ao menos se almejava a padronização interlinguística da cultura, é que o espaço de fluxo seja,

predominantemente, aistórico em rede, impondo sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, tornando cada lugar menos capaz de compartilhar códigos culturais. Este processo resulta na uniformidade arquitetônica dos centros de várias sociedades, incluindo uma conexão simbólica da arquitetura homogênea nas diferentes cidades globais. Considerando que o pós-modernismo expressa o fim da história e a suplantação de lugares no espaço de fluxos, a arquitetura pós-moderna põe fim aos sistemas de significados. No entanto, apesar de visualmente próximas, estas cidades consistem em constelações descontínuas de fragmentos espaciais, peças funcionais e segmentos sociais, o que faz com que elas estejam externamente conectadas a redes globais e internamente desconectadas de sua materialidade local (CASTELLS, 2005). “A globalização dos lugares participa, portanto, de uma desrealização do mundo” (MONGIN, 2009, p.236), porém tem-se a realidade de que

o lugar qualquer não é somente virtual, ele tem uma parte de realidade, a realidade física do lugar qualquer. Coisa que não é indiferente, uma vez que a valorização do Virtual esquece que não é possível viver num lugar qualquer. Este é o destino do virtual. Crer que se está indiferentemente num lugar qualquer equivale a renunciar à experiência espaço-temporal, a apagar o espaço e o tempo. (MONGIN, 2009, p.236)

Constata-se, ainda de acordo com Mongin (2009), que o espaço, tendente a se conformar apenas como fluxos, não consistem em um não-lugar, mas tornam-se aleatórios, efêmeros. A cidade resultante desta transformação, ainda em curso, consiste em “um processo, mais que um lugar; sua hierarquia é modificável, e a menor distância tomada em relação aos imperativos de rede é sinal do declínio.” (MONGIN, 2009, p.235).

A Lógica correspondente a este processo submete a uma condição cada vez mais predatória, não apenas o ser humano, mas também a natureza, resultando em processos de adoecimento físico e psíquico e também em uma crise ambiental sem precedentes, pois, como apresentado por Marx (2013 [1867]),

a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (1.607).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o homem e aquilo que o cerca, condicionada pelo sistema capitalista, resulta na alienação deste, tanto da natureza e quanto de seu trabalho, conferindo na alienação

de si mesmo. Esta condição faz com que este se afaste também na noção de importância centralizada nas lutas sociais, sobretudo para a promoção de mudanças estruturantes, as quais apresentam maior potencial para conquistas que se apresentem como efetivas para emancipação da sociedade. Os capitalistas, munidos desta consciência, se valem da alienação para promover discursos de emancipação individualizada, as quais se mostram, principalmente com o agravamento da crise associada ao sistema, cada vez mais inalcançáveis, sobretudo para a grande maioria da população. A sociedade de fluxos, enquanto resultado do processo de globalização em curso, não é capaz de fazer com que nos livrems “do real, do corpo e do desejo de habitar um lugar do corpo a corpo com o mundo.” (MONGIM, 2009, p.238)

Mesmo apresentada como realidade inevitável, a precarização geral da vida e da sociedade, incluindo a dimensão do trabalho, e que condicionam o espaço aos seus fluxos, se mostra incapaz de efetivamente suprimir a sociabilidade e solidariedade entre as pessoas, sobretudo entre àquelas sensíveis e entendedoras da imprescindibilidade do outro na constituição de uma vida melhor e mais digna, não só para si, mas para todos. Ainda que sob condições das mais variadas e em distintos graus de dificuldade, fato é que Fern encontra ao longo de sua jornada força de trabalho precarizada e, conseqüentemente, nômade, apoio e acolhimento vindo de diferentes pessoas e em diferentes localidades. Tal dimensão, a da solidariedade, apresenta-se como cerne de uma mudança que visa a superação da Economia do Capital e sua substituição pela Economia do Trabalho, passando pela Economia Solidária propriamente dita (CORAGGIO, 2011).

NOMADLAND (2020) ao expor a condição de Fern, que representa a de um cidadão estadunidense comum e pertencente à classe trabalhadora, apesar correspondente a uma narrativa centrada nos Estados Unidos da América, principalmente no contexto econômico resultante da bolha imobiliária de 2008, demonstra processo que atinge todas as nações submetidas à lógica capitalista neoliberal, que se pretende hegemônica. Ressalta-se, porém, que essa se expõe de forma singularizada em cada contexto, principalmente devido às diferenças correspondentes ao próprio desenvolvimento capitalista, que se caracteriza como desigual inclusive no âmbito global. Os diferentes países, especialmente aqueles que sofreram os efeitos perversos da colonialidade, considerada a pauta oculta e o lado mais escuro da modernidade (MIGNOLO, 2011), tendem a experimentar, em decorrência deste processo histórico, efeitos

ainda mais adversos no que tange à precarização do trabalho. Impossível não considerar neste caso a situação da classe trabalhadora no Brasil, por exemplo, país no qual a desigualdade apresenta-se de forma exorbitante e diretamente associada à racialização dos negros, os quais deixaram de ser escravizados, ao menos legalmente, em período recente. Situação que promove a precarização de muitas das condições gerais de trabalho, sobretudo quanto ao exercer das funções menos prestigiadas socialmente, desenvolvidas, majoritariamente, por pessoas não-brancas. Destaca-se ainda o intento do estado em regulamentar as mais distintas formas de subemprego, ao menos tempo em que se promove a retirada de muitos dos direitos sociais adquiridos, mediante muitas lutas, desde a redemocratização brasileira.

A história pessoal de Fern, personagem inspirada em pessoas e histórias reais, que inclusive participam da produção, representando a si mesmos, se desenrola tendo como pano de fundo a lógica referente ao sistema capitalista e a conformação do espaço correspondente à sociedade deste originária, não consistindo, portanto, em uma produção que se pretende explícita e proeminentemente crítica. Constatação possível inclusive considerando o fato de que este não é uma produção independente, não sendo, portanto, essencialmente contra hegemônica. Isso não faz com que o trabalho tenha menor relevância, mas requer apreciação crítica, sobretudo em momentos que podem ser entendidos como uma romantização de um estilo de vida nômade. Este estilo enquanto opção de é totalmente possível e conta, assim como qualquer outro, com seus prós e contras, porém, enquanto imposição resultante da lógica capitalista que precariza a vida, com intento exclusivo de promover a acumulação por uma parte cada vez menor da população, deve ser amplamente questionado e combatido.

A sociedade de fluxos, assim como o espaço a este correspondente, se apresenta com uma enorme fragilidade, não só em função da insustentabilidade ambiental do modelo de desenvolvimento capitalista, base da sociabilidade, mas também devido aos aspectos psicossociais resultantes da lógica neoliberal, os quais refletirão e se perpetuarão nas gerações futuras. Cenário este que, apesar de catastrófico, aponta para a importância extrema em se pensar o desenvolvimento de outras economias, economias alternativas ao sistema e que privilegiem a vida e a resistência da natureza com vistas, não apenas, mas também, à manutenção das condições para nossa existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 7ª edição, 2019 [1983].

BRUDER, Jessica. **Nomadland**: Sobrevivendo aos Estados Unidos no século XXI. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**: a experiência das associações de vizinhos de Madri. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y Solidaria**: El trabajo antes que el capital, Ediciones Abya-Yala: Ecuador, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. **O pós-fordismo e seu espaço**. Espaço e Debates, 25, p. 12-29. 1988

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo (e-book), [1867] 2013.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1848 [2015].

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32(4), 2017.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009. 344p.

NOMADLAND. Direção: Chloé Zhao. Produção: Chloé Zhao, Jessica Bruder. Estados Unidos da América: Highwayman Films, Hear/Say Productions, Cor Cordium Productions, 2020.

PEREIRA, Ivanildo. **‘NOMADLAND’**: A JORNADA É MAIS IMPORTANTE QUE O DESTINO. Disponível em: <<https://www.cineset.com.br/critica-nomadland-chloe-zhao-2021/>> Acesso em: 09 set 2021

PRETECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS JR. (org) **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 65-89.

SILVA, Maria. A. Moraes. **O estado e a reprodução da força de trabalho**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 7. p. 1-11. 1984.